

# A SEMANA

## na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

12 a 18 de agosto de 1991 - nº 01

### RESOLUÇÃO SOBRE A POLÍTICA INTERNACIONAL DO ANC (África do Sul)

A 48ª Conferência Nacional do ANC teve lugar em Durban, província de Natal, em julho de 1991. A conferência, que elegeu Nelson Mandela Presidente, tomou várias resoluções, inclusive uma sobre a política externa, cujo texto editamos integralmente nesta edição.

A resolução condenou o levantamento antecipado das sanções, premiando o regime, e apelou para a manutenção das mesmas até os obstáculos às negociações serem desmantelados, um governo interino seja instalado, e uma constituição democrática seja adotada.

O documento prevê também uma conferência internacional dos movimentos "anti-apartheid", além de uma campanha de mobilização com o objetivo de conseguir apoio material e financeiro para o ANC. No que diz respeito à questão de cooperação regional da África Austral, a Conferência se compromete a trabalhar em favor da inscrição de uma África do Sul livre e democrática em tais organizações regionais como SADCC (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral) e PTA (Zona de Comércio Preferencial), e ao nível mundial, no Movimento dos Não-Alinhados, o FMI, e a Convenção de Lomé. (p.24).

### MOÇAMBIQUE: NOVO FRACASSO NAS NEGOCIAÇÕES COM OS REBELDES. A GUERRA SEM FIM?

A Renamo, ao rejeitar as proposições dos mediadores, pôs fim à nona rodada de negociações entre ela e o governo moçambicano, que transcorria, em Roma, desde o dia 9 deste mês.

Os mediadores [Igreja Católica e governo italiano] haviam proposto que

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS —  
CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.  
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e  
Rogério A. Schmitt.  
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.  
Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

a Renamo reconhecesse o atual governo moçambicano e este, por sua vez, aceitasse conceder à Renamo um estatuto especial — diferenciado dos outros novos partidos emergentes — além de atender a outras reivindicações de caráter legislativo feitas pelos rebeldes. O governo do presidente Chissano aceitou as proposições. A Renamo recusou-as.

Novos massacres de civis foram cometidos pela Renamo no mês passado. Quinze pessoas foram fuziladas e algumas dezenas foram assassinadas à baioneta e expostas nas vitrines das lojas.

Essa guerra bárbara já provocou o deslocamento de 1,8 milhão de pessoas que se abrigaram nos países vizinhos e afetou, pela fome, um terço dos 15 milhões de moçambicanos. O seu custo já ascende a 15 bilhões de dólares, envolvendo não só infra-estrutura de comunicações como até postos de saúde e escolas. Cerca de 40% das crianças não puderam retornar às aulas no início do ano letivo.

A ajuda financeira internacional, que se aproxima a um bilhão de dólares por ano, está sendo insuficiente. Há um déficit alimentar de mais de uma centena de toneladas. A fome ainda foi agravada pela seca no Centro do país e pelas chuvas que alagaram o Norte.

O presidente Chissano, no governo desde 1986, [sucedeu a Samora Machel que morreu em outubro desse ano] tem feito o possível para reerguer a economia do país, inclusive com o apoio do FMI e do Banco Mundial, e fazer as pazes com os rebeldes. [A Renamo, não tendo chances de sair-se bem nas eleições, continua apostando na guerra]. (p.15).

#### **MILITARES DO ANC A FAVOR DO DIÁLOGO (África do Sul)**

O braço armado do ANC, UmKhonto we Siwze (A Lança da Nação), conhecido pela sigla MK, iniciou, semana passada, o seu primeiro congresso legal em território sul-africano.

O MK renovou o seu "apoio sem reservas" no processo de negociações do ANC com o governo de Klerk. Também solicitou à direção do ANC que trouxesse de volta o seu chefe do Estado Maior, Chris Hani, que havia sido liberado pelo ANC para retomar as suas funções no Partido Comunista sul-africano, do qual ele é um dos principais dirigentes.

[Hani, considerado um "duro", foi o candidato mais votado na eleição para a Executiva Nacional do ANC, realizada mês passado, com 94,7% dos votos, à frente de muitos líderes históricos. Ele havia sido "liberado" num gesto de moderação de Mandela.] (p.40).

#### **CONFRONTOS ENTRE ULTRANACIONALISTAS BRANCOS E A POLÍCIA SUL-AFRICANA: A TERCEIRA GUERRA BOER**

Pela primeira vez na África do Sul os ultra-racistas brancos abriram fogo contra policiais brancos, matando três deles e declarando "o início do levantamento boer" contra "a ameaça de Klerk-Mandela" (As duas guerras dos

boeres foram contra os ingleses no fim do séc.XIX e início do séc.XX).

Dois mil militantes da AWB (Movimento de Resistência Africânder) tentavam impedir um comício do Partido Nacionalista onde de Klerk discursaria. A iniciativa do tiroteio partiu dos ultra-racistas. Além dos policiais mortos, 36 brancos, dos quais oito policiais, ficaram feridos. O governo desmentiu a morte de dois negros atacados pelos racistas. O acidente ocorreu no dia 10 do corrente, em Ventersdorp, um reduto da AWB, a 400 Km de Joanesburgo. Várias outras organizações de extrema-direita apoiaram a ação da AWB. Esses movimentos não são suficientemente fortes para enfrentar o governo, mas podem desestabilizar as reformas de de Klerk.

Mandela pediu a interdição da AWB e denunciou que o governo usa as atividades da extrema-direita para enfraquecer o ANC. (p.38). Ver também as matérias: **Neonazis e Polícia Confrontam-se nas ruas** (p.39). **Terceira guerra dos boeres.** (p.37). **Extrema-direita preparada para enfrentar o governo.** (p.39).

#### **PRINCIPIA VI CONGRESSO DA FRELIMO (Moçambique)**

Ao mesmo tempo que o VI Congresso da Frelimo abriu os seus trabalhos no dia 6 de agosto, a Renamo rejeitou um "documento de princípios" já aceito pelo governo moçambicano, porque o mesmo implicaria no reconhecimento do Estado, do Governo e das leis atualmente em vigor. A Renamo provavelmente está a ser encorajada a tomar esta posição com o objetivo de pôr em causa os Acordos de Lusaka (de 7 de setembro de 1974). Isto podia implicar a anulação das leis da nacionalizações, inclusive, das habitações, [para abrir o caminho para um futuro e muito improvável governo da Renamo], que permitiria a recuperação de seus bens pelos chamados "espoliados", isto é os ex-colonos portugueses, que fugiram do país. (p.14).

#### **NASTY IN NATAL (África do Sul)**

Desde 1985, a luta entre o ANC e o Partido Inkatha provocou as mortes de mais de 6.000 negros na África do Sul. Chamada simplesmente de "violência entre negros", estes combates têm assumido o estatuto de obstáculo principal no processo de negociação atualmente em via no país.

Segundo as camadas brancas mais reacionárias, trata-se de uma simples e tradicional luta entre os zulus do Inkatha, liderado por Gatsha Buthelezi, e os xhosas do ANC, sob Nelson Mandela. O ANC, entretanto, desmente esta linha de análise, alegando que o governo financia não só a infraestrutura do Zwazulu, o bantustão controlado pelo Inkatha, mas o próprio Inkatha também (veja artigo p.29). Note-se que quando elementos do Inkatha atacam membros do ANC, os policiais apenas olham, em atitude de cumplicidade.

Mas existe também nas zonas rurais um medo autêntico do radicalismo dos jovens "camaradas" do ANC, que às vezes parecem fora do controle dos seus líderes. E isso, segundo a análise de The Economist é também um fator importante na criação de um clima explosivo. (p.29)

#### O DRAMA DOS NOVOS PARTIDOS .(Angola)

Adriano Botelho de Vasconcelos, dirigente do PRD (Partido Renovador Democrático), em fase de legalização, fala das dificuldades com que se deparam as novas organizações políticas angolanas face a uma sociedade bipolarizada entre o MPLA e a Unita. [O PRD é considerado como a expressão política da Associação Cívica de Angola (ACA) que primeiro se apresentou em Luanda como uma "terceira força".]

Vasconcelos afirma que "as regras do jogo ditadas pelo MPLA não facilitam o pluripartidarismo", dadas as exigências legais difíceis de cumprir. Ele caracteriza o PRD como um partido de esquerda liberal que deseja uma sociedade de mercado, não socializante.

O candidato do PRD à presidência da república é Joaquim Pinto de Andrade, presidente da ACA [ex-padre, foi preso pelo colonialismo português em 1961, quando se tornou presidente de honra do MPLA. Em 1974 liderou a "Revolta Ativa", uma dissidência do MPLA contrária à presidência centralizadora de Agostinho Neto]. (p.01).

#### MANUEL DOS SANTOS LIMA: "SOU CANDIDATO A PRESIDENTE DE ANGOLA".

Professor universitário há muitos anos no exílio, escritor, presidente do MUDAR (Movimento de Unidade Democrática Angolana para a Reconstrução), Santos Lima afirma que o seu partido defenderá o multipartidarismo e a justiça social. Ele reconhece que o MPLA e a Unita têm todos os meios à disposição. Um, porque é governo, o outro porque fez a guerra. Lima acha, contudo, que o seu partido tem chances pois "o próximo voto vai ser punitivo em relação aos beligerantes". Ele situou o MUDAR na área social - cristã, relacionado na Europa com as democracias cristãs.

Lima foi o primeiro oficial negro no exército português, de onde desertou em 1962. Foi o primeiro chefe militar do MPLA do qual se afastou em 1963: "o MPLA definiu-se como marxista", explicou ele. [O seu livro "Sementes de Liberdade" foi editado, em 1965, pela Civilização Brasileira.] (p.02).

#### SUPREMO TRIBUNAL REJEITOU FNLA (Angola)

Em virtude de declarações do representante da FNLA em Luanda, Leopoldo Trovoadá, segundo as quais o movimento teria seis mil homens armados em Angola, o Tribunal Popular Supremo de Luanda cancelou a inscrição da Comissão instaladora da FNLA. Holden Roberto, presidente do movimento, criticou Trovoadá, negando a veracidade de tal fato. O artigo aborda ainda as contradições da FNLA em seu processo de legalização, e o temor de um "esfriamento" das relações entre MPLA e UNITA, devido às violações do cessar-fogo cometidas pelo movimento de Savimbi. (p.04).

#### ANGOLA APRESENTA PLANO AOS DOZE

A Comunidade Económica Europeia (CEE) receberá em breve um relatório a ser elaborado pelo governo angolano e pela UNITA, via a Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), estabelecendo as condições de desmobilização e de reintegração à vida civil de parte dos efetivos militares de ambos os lados. Peritos da CEE visitarão Angola para apreciar os estudos preliminares já em andamento. Portugal, Estados Unidos, Brasil e Zimbábue também apresentarão projetos de reintegração social dos militares desmobilizados. (p.05).

#### DISSIDENTES DA UNITA ACUSAM SAVIMBI DE FUZILAMENTOS E QUEIMAS (Angola)

Entrevista concedida por Manuel Adão Domingos, secretário-geral do Fórum Democrático Angolano (FDA), partido político constituído em sua maioria por jovens dissidentes da UNITA e que pretende lançar candidatura às próximas eleições. A agremiação é crítica também ao MPLA, acusando-o de partilhar com a UNITA o hábito de se livrar dos membros "indesejáveis". Há poucos dias, o FDA publicou na imprensa angolana a lista de nomes dos alegados crimes de Savimbi. (p.07).

#### INTELECTUAIS NA LINHA DE FRENTE (Angola)

Em sintonia com as transformações que estão ocorrendo em seu país os escritores angolanos, em sua maioria associados à União dos Escritores angolanos (UEA), começam a questionar a evolução dos acontecimentos, através de debates regulares, como as "Makas à quarta-feira", [makas é: discussão] organizados pela UEA. As alterações ocorrem também no campo do jornalismo, apesar do receio em declarar-se algo de novo, visto que não se sabe quem ganhará as eleições.

Existem vários projetos visando a elaboração de jornais [até agora existe só um, O Jornal de Angola, do Governo], destacando-se o dos independentes [na maior parte ex-militantes do MPLA] e o da Igreja Angolana, que prepara o lançamento de um jornal mensal. Um outro periódico seria dirigido pelo jornalista João Melo [com mestrado em jornalismo no Brasil, onde chefia a agência angolana de imprensa, ANGOP]. (p.08).

#### A TERCEIRA FORÇA ESTÁ POR SURGIR (Cabo Verde)

O recente congresso da UCID mostrou que inexistente a possibilidade do surgimento, a curto prazo, de uma "terceira força", capaz de apresentar-se como opção a PAICV e MPD. O pequeno número de delegados presentes, seu alheamento da realidade cabo-verdiana, os conflitos entre os membros do partido (que culminaram no afastamento do antigo presidente Lídio Silva) deixaram claro que a UCID não se constitui ainda numa alternativa política. (p.10).

### **ANJE VOLTA-SE PARA ÁFRICA APOSTANDO EM MOÇAMBIQUE**

A Associação Nacional dos Jovens Empresários, portuguesa, prepara uma missão a Maputo, para tomar parte na FACIM (Feira Internacional de Moçambique), como parte de uma estratégia de investimento nos PALOP, objetivando apoiar o surgimento de uma nova geração empresarial em África, que manterá vínculos com Portugal. (p.18).

### **SÃO TOMÉ PREPARA DESVALORIZAÇÃO DA DOBRA**

A crise econômica enfrentada por São Tomé e Príncipe, a mais grave de sua história, obrigou o governo a reunir-se com representantes da sociedade civil, em busca de apoio às medidas que pretendia pôr em prática, medidas essas preconizadas pelo FMI, e que são inegociáveis, caso o país queira receber um empréstimo desta instituição. Entre as medidas encontra-se uma forte desvalorização da moeda nacional, que causaria um forte abalo nos recursos dos cidadãos de São Tomé, e, embora o governo não tenha declarado publicamente que aceita as condições impostas pelo FMI, tudo indica que irá fazê-lo. (p.20).

### **A EUROPA DE LESTE FACE À ÁFRICA AUSTRAL**

Os países ex-comunistas da Europa do Leste mantiveram uma posição durante longos anos, de afastamento absoluto da África do Sul e do seu regime minoritário. Hoje em dia, entretanto, as coisas estão correndo num outro caminho. Hungria e África do Sul já trocaram embaixadores. A Checoslováquia assinou um acordo permitindo o fabrico de aviões checos na África do Sul; a Polónia comprou 0,8 milhões de toneladas de ferro sul-africano no ano passado. Tudo isso além dos contatos rotineiros de governantes, homens de negócios, banqueiros, etc. Do lado dos europeus mais pobres, o motivo é que descobriram um mercado para os seus manufaturados que não podiam satisfazer os controles da qualidade CEE. Para os sul-africanos, cujo comércio internacional destina-se em 55% para a CEE, a necessidade é também identificar novos clientes antes da chegada do mercado comum de 1992. (p.21).

### **MAIS UMA VEZ O "HOMEM DE INTEGRIDADE" (África do Sul)**

As escandalosas revelações de pagamentos secretos feitos pelo governo ao Partido Inkatha têm criado uma crise de confiança na África do Sul. Já que os pagamentos foram feitos pelo Ministro de Negócios Estrangeiros, a pedido do Ministro da Lei e da Ordem, é difícil acreditar que o presidente de Klerk, ano passado tratado por Nelson Mandela como "um homem de integridade" não tivesse tomado conhecimento do fato.

O resultado imediato, porém, foi o afastamento de Magnus Malan (Defesa) e Adriaan Vlok (Lei e Ordem) para pastas de menor significado. Mas "Pik" Botha, comprovadamente responsável dos pagamentos clandestinos, permanece na Pasta dos Negócios Estrangeiros.

O ANC reclama, mas é obrigado a continuar com as pré-negociações, com um homem comprovadamente chefe de colegas mentirosos. (p.29).

#### **ÁFRICA DO SUL: MANDELA A PENSAR NO FUTURO**

No dia 9 do corrente, Nelson Mandela reuniu-se com os militares da Lança da Nação (MK) no capital de Venda, um presuportamente "independente" bastião, e discursou sobre a sua visão do futuro imediato. A mesma podia incluir até um governo interino, reivindicado pelo ANC, dentro de 7 a 10 meses, e também uma integração da MK nas forças armadas de um país democrático. Elogiou o papel importante, no treino e desenvolvimento do braço armado, que tiveram países tais como Argélia, os da Linha da Frente, a URSS, a RDA, Cuba e China. (p.35).

#### **"INKATHAGATE": A DERROTA TORNOU-SE VITÓRIA (África do Sul)**

André Thomashausen [sul-africano, defensor da Renamo] analisa o escândalo do "Inkathagate" e argumenta que o Inkatha e "seu corajoso líder" Buthelezi foram "sacrificados" por razões políticas. A denúncia do escândalo corre grandes riscos, segundo ele, "tal como qualquer outra estratégia mais sofisticada". (p.36).

#### **A IDÉIA FIXA DE MANDELA (África do Sul)**

Quando da sua partida do Brasil, Mandela lançou um ultimato ao presidente de Klerk: a instauração de um governo transitório representativo, ou o ANC cessaria as negociações em curso. Essa exigência transtorna os planos de Klerk que pretendia convocar, nas próximas semanas, uma conferência multipartidária que trataria da próxima constituição do país. Ele contava utilizar essa conferência para aliar-se aos moderados negros, inclusive o Inkatha, e tentar isolar o ANC e a ultra-direita branca. (p.41).

ÍNDICE

<u>I. PALOP</u>	<u>PP.</u>
1. Angola.....	01-09
2. Cabo Verde.....	10-11
3. Guiné-Bissau.....	12
4. Moçambique.....	13-19
5. São Tomé e Príncipe.....	20
<u>II. ÁFRICA AUSTRAL</u>	
1. África Austral.....	21-22
2. África do Sul.....	23-41



Angola

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 6 AGOSTO 1991

# O drama dos novos partidos

Jorge Heitor

Adriano Botelho de Vasconcelos, 35 anos, dirigente do PRD angolano, falou-nos das dificuldades que se deparam às novas formações políticas do seu país face a uma sociedade bipolarizada entre o MPLA e a UNITA.

**T**écnico de gestão e empresário, responsável pelo pelouro da Informação na Comissão Executiva Nacional de um novo partido ainda não legalizado, Adriano de Vasconcelos disse-nos que "a democracia ainda não é efectiva em Angola, onde se mantêm estruturas repressivas".

No seu entender, o Partido Renovador Democrático (PRD) e outras formações em fase de instalação vão ter muita dificuldade em entrar realmente em funcionamento, dado que "as regras do jogo ditadas pelo MPLA não facilitam o pluripartidarismo".

Segundo ele, a necessidade de cada novo partido apresentar um certo número de assinaturas em pelo menos 14 das 18 províncias do país é um forte entrave à legalização destes partidos, para já não falar dos problemas com a obtenção de fotografias e de atestados de residência.

NUM VASCONCELOS



Adriano de Vasconcelos recorda que o MPLA é o único partido angolano até agora legalizado

Vasconcelos, militante do MPLA até 1977 e depois disso adido cultural na embaixada de Angola em Lisboa, de 1986 a 1989, faz agora parte da comissão de 12 elementos que, sob a coordenação de Luís dos Passos, luta por todos os meios para a legalização do PRD.

**PÚBLICO** — Que espécie de partido pretendem ser?

R. — Um partido da esquerda liberal, que em termos portugueses ficaria equidistante do PS e do PSD.

**P.** — O que é que defendem?

R. — Um desenvolvimento económico com base na centralidade humana, tendo em conta a existência de grande pobreza no nosso país. Queremos as mesmas oportunidades para todos. Equidade. Queremos uma sociedade de mercado, não socializante. Mas não seguimos modelos ideológicos de outros: procuramos um modelo próprio.

**P.** — Alguns dos vossos elementos estiveram no

golpe de Nito Alves, em Maio de 77.

R. — Não pretendemos ser a continuação desse grupo. Alguns de nós andaram por lá; outros não.

**P.** — Que pensam da candidatura presidencial de José Eduardo dos Santos?

R. — Não representa uma magistratura de moral. Tem havido desvio de fundos de empresas públicas a favor do MPLA. Tem havido fraudes.

**P.** — Quanto a Jonas Savimbi?

R. — Representa uma fase trágica da sociedade angolana. Não oferece confiança democrática.

**P.** — Holden Roberto?

R. — É neste momento desconhecido por muitos angolanos, pelas camadas mais novas.

**P.** — Mas a FNLA já não tem qualquer peso em Angola?

R. — Não se faz sentir muito, mas tem condições de reaparecer. Há um sentimento pró-FNLA em certos sectores. Na sociedade angolana esse parti-

do tem um espaço próprio.

**P.** — Uma candidatura presidencial de Daniel Chipinda?

R. — Ainda não conseguiu mostrar que valores é que iria defender.

**P.** — Apolam portanto Joaquim Pinto de Andrade?

R. — Tem uma postura moral. Seria um Presidente capaz de forjar a unidade nacional, a tranquilidade e a equidade no desenvolvimento. Respeitaria a grande diversidade ideológica. Mas oficialmente o PRD ainda não tomou posição quanto a candidatura de Joaquim Pinto de Andrade. Estamos em contacto com ele.

**P.** — Se conseguirem vencer os entraves de que actualmente se queixam, que fatia do eleitorado esperam conquistar nas legislativas?

R. — Ambicionamos ficar acima dos 30 por cento.

**P.** — Com que programa se apresentam ao eleitorado?

R. — Moralidade, combate à corrupção, solidariedade. Que o Estado resolva os problemas mais graves. Que se acabe com a mortalidade infantil, se construam habitações e se desenvolva um sector económico privado forte.

**P.** — Se entrassem numa coligação, que pastas pretendariam?

R. — Temos muitos tecnocratas, quadros capazes para a Economia e Finanças de um país desorganizado como é Angola.

**P.** — Com quem é que estariam dispostos a aliar-se?

R. — Defendemos de facto a convergência entre vários partidos; mas ainda é prematuro definir um quadro de alianças. O que pretendemos para já é que se altere a lei dos partidos e que todos tenham igualdade de acesso aos meios angolanos de informação. ■

Manuel dos Santos Lima ao PÚBLICO:

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 7 AGOSTO 1981

# “Sou candidato a Presidente de Angola”

João Heitor

Manuel dos Santos Lima, catedrático e escritor de 56 anos, natural do Bié, anunciou ontem ao PÚBLICO que é candidato à Presidência de Angola, nas eleições do próximo ano. O sexto nome a vir à baila, numa corrida que se adivinha muito disputada.

“**S**erei candidato às presidenciais. Salvo se, no interesse do povo de Angola, se perfilar outro candidato que o meu partido ache em condições de servir o país” — disse-nos Manuel dos Santos Lima, professor do ensino superior em Montreal, Rennes, Nantes e Santarém.

**PÚBLICO — Que espécie de Presidente seria?**

**MANUEL DOS SANTOS LIMA** — Um Presidente moderador. Quero para Angola um regime semi-presidencialista.

**P. — Caçador especial do Exército português, formado em Lamego, desertor, fundador do Exército Popular de Libertação de Angola, dissidente do MPLA em 1963; qual o seu percurso?**

**R.** — Depois de ter sido o primeiro comandante-chefe, afastei-me porque o MPLA ia falhar a sua tarefa. Definiu-se como marxista e eu não sou

marxista. Licenciiei-me e dou-torei-me em Lausanne. Lecionei literatura francesa no Canadá e literatura africana de expressão portuguesa na França. Quando em 1977 fui a Angola apreenderam-me o passaporte e não me queriam deixar sair.

**P. — Em 1987 veio a criar o Movimento de Unidade Democrática Angolana para a Reconstrução (MUDAR).**

**R.** — Uma delegação de angolanos vindos do interior contactaram-me, dada a minha coerência política e o impacto do meu romance “Os anões e os mendigos”.

**P. — Mas, há tantos anos fora, não estará um pouco desfasado das realidades angolanas?**

**R.** — Aqui em Portugal existe uma parte importante de Angola. Sam Nujoma

também esteve 35 anos fora. Vou agora, na próxima semana, por um mês; e depois lá me radicarei logo que possível. Os militantes do MUDAR pedem-me que vá. Sou um símbolo. Fui o primeiro negro na escola de Vila Teixeira de Sousa, hoje Luau. Fui o primeiro negro no Exército português. Fui o primeiro dissidente do Comité Director do MPLA.

**P. — Que pretende o seu movimento?**

**R.** — Combater a degradação constante da situação em Angola. Defender as liberdades individuais, o multipartidarismo e a justiça social. Estamos a tratar de nos inscrever como partido. E ainda só não tivemos uma actividade aberta em Angola porque há medo e existe um aparelho repressivo.

**P. — O MUDAR e ou-**

**tros novos partidos têm alguma hipótese?**

**R.** — Não fizemos a guerra. O próximo voto vai ser punitivo em relação aos beligerantes. Temos em Angola um recorde mundial de estropiados.

**P. — Um ano vai chegar para a vossa implantação?**

**R.** — Um ano não é suficiente, mas mais do que isso favorece o regime, que está a tentar refazer a sua imagem.

**P. — Em que área se situa o MUDAR?**

**R.** — Na área social-cristã, com uma boa parte de inspiração na doutrina social da Igreja, embora não veja que os africanos tenham de seguir os rótulos europeus. O fim deste século marca o fim das ideologias. Mas no relacionamento com a Europa estaremos preferencialmente

virados para as democracias cristãs.

**P. — Satisfeito com os acordos de paz?**

**R.** — Os acordos de Bicesse foram contra Portugal e contra os democratas angolanos. Portugal ficou em má situação face aos grandes interesses. A bipolarização será o impasse para Angola. O MPLA e a UNITA têm todos os meios à sua disposição. Um porque é Governo, a outra porque fez a guerra.

## Política de alianças

**P. — Os novos partidos estão pois em situação desvantajosa?**

**R.** — Também em São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde os partidos do Governo eram favoritos e perderam. Não creio que a guerra

favoreça alguém.

**P. — Aceitam alianças com outras forças?**

**R.** — O MUDAR tem como objectivo fazer alianças. Mas ainda não se apresentaram todos os futuros partidos. O leque não está completo. Não há o perfil nítido de cada partido. Não há garantias de se poder utilizar a comunicação social como se desejaria. Só a aliança dos democratas angolanos fará com que a campanha seja menos desigual.

**P. — Que pasta prefeririam, num Governo de coligação?**

**R.** — A da Educação, que é um campo prioritário. Temos mais de 90 por cento de analfabetos.

**P. — Que pensa da candidatura presidencial de José Eduardo dos Santos?**

**R.** — No seu lugar não me apresentaria, dado o falhanço dos governos a quem tem presidido.

**P. — Que pensa de Jonas Savimbi?**

**R.** — Tem um certo ideal, uma certa concepção de Angola, que não é a minha. Eu defendo um Governo de coligação, mesmo que tenhamos uma maioria. O primeiro Governo democrático angolano deve corresponder a todas as forças políticas.

**P. — Qual a importância da FNLA e do seu presidente, Holden Roberto?**

**R.** — Não conheço o seu peso eleitoral. Trata-se porém de um partido histórico, com toda a carga do seu passado.

**P. — Também se pode pensar numa candidatura presidencial de Daniel Chipenda?**

**R.** — Não tenho opinião... (e concluiu a resposta com risos, como se não levasse muito a sério tal política).

## Pinto de Andrade

**P. — Que opinião tem de Joaquim Pinto de Andrade?**

**R.** — Tenho grande respeito pela sua estrutura moral e intelectual. Os próximos meses serão decisivos no sentido de clarificar a situação política angolana.

**P. — Desistiria a favor de Pinto de Andrade?**

**R.** — Poderia desistir a favor de qualquer outro candidato que o meu partido achasse em condições de servir Angola. Sou um homem de democracia e de paz.

**P. — Quando visitar agora o seu país terá contactos com as autoridades?**

**R.** — Tenho previsto um encontro com José Eduardo dos Santos. ■

O resultado

# Minas de guerra estradas de paz

Logo ao primeiro anúncio de paz, começaram a abrir-se os caminhos de Angola e os camionistas voltaram a ganhar confiança nas estradas e picadas. Confiança relativa, convenhamos: a guerra abriu milhares de buracos em muitas vias de comunicação, destruiu pontes e semeou minas em quantidades que ninguém sabe precisar

Afonso Praça

**Q**UANDO, AO FIM do primeiro mês de trabalho das equipas de desminagem, constituídas por militares das FAPLA (Governo) e das FALA (UNITA), se soube que tinham desactivadas ou destruídas mais de sete mil minas (anticarro e antipessoal) — o que permitia circular, sem grande risco, nas estradas principais, Angola respirou de alívio. Na altura os camionistas, aventureiros como sempre, já viajavam para Benguela, Huambo, Lobito, Benguela, Ambriz ou Malan-

Talvez para não alarmar ninguém, não foram divulgados oficialmente, pelo menos de início, dados concretos sobre minas desactivadas ou destruídas. Afinal, Angola era um país minado, e o trabalho das equipas foi considerado desde logo como muito positivo. Mas a verdade é que ninguém sabe quando será possível dar a missão como integralmente cumprida.

Encurtando explicações e não dispondo de dados concretos, um oficial superior das FAPLA disse a «O Jornal», no Lubango, que «só no Sul do País, deverá haver milhões de minas», acrescentando que «a desminagem completa só po-



UNITA em Luanda, pé ante pé «Viva o dr. Savimbi, nosso pai». Lê-se no tabique

de ser feita com tecnologia mais avançada, o que levará muito tempo».

O mesmo oficial referiu que, em muitos casos, «desapareceram os croquis da minagem ou morreram os oficiais responsáveis por essa missão», e acrescentou que, «sobretudo no Leste e no Norte, ainda há minas do tempo da guerra colonial». Em seu parecer, «ninguém estranhe-se daqui a vinte anos ainda morrer gente vitimada por minas».

Posteriormente, «O Jornal» apurou em Luanda que na região de Mavinga há cerca de 100 mil minas de plástico. A sua desactivação requer tecnologia de momento inexistente em Angola, tendo sido solicitada ajuda aos Estados Unidos, que teriam logo respondido afirmativamente.

Segundo o comandante das tropas governamentais na Província de Kuando-Kubango, tenente-coronel Adélio de Carvalho, só no Município de Kuito Canavale tinham sido localizadas 330 mil minas, em cuja desactivação trabalham equipas das FAPLA e das FALA. Além destas, estima-se que existam mais cerca de 250

mil, ainda não descobertas no final de Julho, e que foram colocadas pelas forças governamentais, cubanas, da UNITA e sul-africanas, durante os confrontos naquela região.

## Militares «falamos» melhor

Segundo fontes ligadas à CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar), «os trabalhos de desminagem tem-se decorrido em bom ritmo», prejudicado em alguns casos «pelos atrasos verificados noutros processos da concretização dos acordos de paz, nomeadamente o reagrupamento das forças de ambas as partes e da troca de prisioneiros». Isto verificou-se em vários pontos importantes, como é a via Kuito Cuanavale-Mavinga.

De qualquer modo, é geralmente reconhecido que, desde o início, o diálogo entre militares (das FAPLAS e das FALA) foi sempre mais fácil do que entre os políticos (do MPLA e da UNITA). «Mas isso é natural, falamos todos a mesma linguagem, e

isto sem desprimor para os políticos», disse a «O Jornal» o coronel Higinio Carneiro, chefe operacional do Estado-Maior das FAPLA.

Agora com 35 anos, Higinio Carneiro nasceu em Calulo (Kuanza Sul), descendente de um trasmontano, o avô, de Vinhas (Macedo de Cavaleiros). Era estudante de Agronomia (3º ano) quando ingressou nas Forças Armadas, e faz parte do grupo de jovens oficiais que mais se bateram pela paz. Defende sem reticências a subordinação dos militares ao poder civil, manifesta-se preocupado com os atrasos que se estão a registar e elogia o papel dos militares portugueses: «Penso que é um papel muito positivo. Para além de terem um bom conhecimento de Angola, a sua relação com os angolanos permite uma maior aproximação e um melhor entendimento, e facilita o trabalho em que todos estamos empenhados».

Quanto ao futuro, não sabe. Limita-se a dizer: «Pode ser que continue nas Forças Armadas». A opinião generalizada, no entanto, é a de que o coronel Higinio, pelas suas qualidades (militares, humanas e intelectuais), poderá ter um lugar de relevo no futuro exército nacional. Digo-lhe isto mesmo, e ele acaba por confessar: «É possível, mas eu gostava de continuar a estudar e depois dedicar-me à agricultura».

Para o coronel João de Matos, agora comandante da Frente Sul (Lubango, ex-Sá da Bandeira), depois de ter comandado a Frente Leste durante a guerra, também o futuro não está definido. Natural de Sanza Pombo (Uíge), estudou no Liceu de Luanda, e é provável que continue nas Forças Armadas: «Sou militar de carreira, logicamente estarei subordinado às decisões do Governo. Pessoalmente, gostaria de ter uma vida mais pacífica».

Segundo João de Matos, a subordinação ao poder civil «é matéria pacífica entre os militares». Diz: «Os militares foram aqueles que de forma mais aberta enfrentaram o processo de paz, foram eles que sofreram mais directamente as consequências da guerra, e logicamente há uma grande predisposição da sua parte para se subordinarem ao poder civil. É preciso mentalizar ainda muita gente, é certo, há necessidade de despartidarizar muito pessoal, mas por parte das FAPLA, vai ser fácil. Gostaria imenso que o mesmo acontecesse por parte da UNITA».

O tenente-coronel Fernando da Fonseca Kahossy, comandante da Zona Militar do Cunene, é que já decidiu. Antigo fuzil miliciano do Exército Português, responde prontamente quando lhe perguntou como vai ser o futuro: «Vou passar à peluda». Estudou no Liceu Diogo Cão,

em Sá da Bandeira, onde o pessoal andava de capa e batina e até havia praxe académica como em Coimbra: foi professor, andou em guerras, uma pancadaria de anos. Acredita no processo de paz, e pensa dedicar-se à pecuária na terra onde nasceu, a Chibinda, perto do Lubango. Confessa com ironia: «Estou farto de andar de botas e fardado».

Também da parte da UNITA os militares estão cansados, confirma o brigadeiro Correia Vítor, natural do Golungo Alto, ainda primo de Lopo do Nascimento: «É isso, os militares estão cansados da guerra, e muitos querem abandonar, dedicar-se a actividades civis, prosseguir estudos interrompidos».

Para ele, os acordos de paz deram-lhe uma grande alegria: permitiram-lhe abraçar a mãe, ao fim de 16 anos, quando chegou a Luanda, integrado na delegação da UNITA, e reencontrar o irmão, do qual nunca mais tinha sabido nada. Ironia do destino: o irmão é correspondente do «Jornal de Angola» no Lobito.

Todos estão, no entanto, conscientes de que o processo de paz é complexo, nomeadamente a formação do exército nacional. Mas todos sabem também que a paz merece todos os sacrifícios. Foram eles, afinal, os que mais sofreram com a guerra.



General Ben-Ben e coronel Higinio Carneiro FALA e FAPLA juntas. O negócio é mesmo entenderem-se

Angola

# Supremo Tribunal rejeitou FNLA

O TRIBUNAL Popular Supremo suspendeu ontem a inscrição da Comissão Instaladora da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), um dos três movimentos que subscreveram os acordos de Alvor. A decisão do TPS ficou a dever-se ao facto de Leopoldo Trovoada, representante da FNLA em Luanda, ter afirmado recentemente que o seu movimento possuía seis mil homens armados.

Segundo o juiz presidente do Supremo, João Felizardo, este anúncio contraria a lei dos partidos políticos, que não permite a existência de forças militarizadas em organizações políticas, motivo pelo qual o registo da FNLA fica suspenso até esclarecimentos "inequívocos" da situação dos tais seis mil homens armados.

Holden Roberto, o presidente da FNLA, disse a partir de Paris desconhecer a existência de uma organização militar pertencente ao seu movimento e que as afirmações do seu representante em Luanda deviam ser entendidas como uma opinião pessoal, não engajando a organização. Em declarações à rádio oficial angolana, o líder da FNLA — que é esperado na próxima semana em Luanda — responsabilizou Trovoada pelo incidente, mostrando-se mesmo zangado com as afirmações do seu representante. "Trovoada não é o responsável da FNLA, eu é que sou. Se fosse eu a dizer isso, tudo bem, mas nós sabemos que existem homens armados em Angola, só que não são da FNLA", disse.

Leopoldo Trovoada voltou ontem ao Tribunal Supremo na expectativa de ser recebido pelo juiz Felizardo para tentar esclarecer as suas declarações, a fim de permitir a inscrição do seu movimento, que poderia coincidir com a vinda de Holden Roberto. O representante da FNLA em Luanda tem protagonizado alguns "incidentes" deste tipo. Antes havia desmentido a informação veiculada pelo PÚBLICO segundo a qual o seu movimento se aprestava a inscrever-se no TPS antes mesmo do MPLA e da Unita.

"A FNLA não vai inscrever-se, pois assinou os acordos de

Alvor e tem toda a legitimidade de funcionar" disse. Dias depois era o próprio Holden Roberto a afirmar que o seu movimento cumpriria com todas as disposições contidas na lei dos partidos políticos e que se registaria tal como as demais forças políticas.

## Esfriamento à vista

Enquanto isto, as relações entre o MPLA e a UNITA poderão esfriar nos próximos dias, com o acumular de denúncias de casos de violações aos acordos de cessar-fogo pelos homens de Jonas Savimbi.

O último e talvez o mais grave episódio registou-se ontem, quando o governador de Malanje, Ernesto dos Santos, foi impedido por brigadas da UNITA de se deslocar ao interior da província para se inteirar das obras de restauração de uma ponte destruída pela própria UNITA nos violentos tempos de guerra. Alegando esperar orientações superiores, os militares montaram uma barricada na estrada e não deixaram a comitiva governamental seguir para a região de Cacusso. Segundo relato de testemunhas, o posto foi montado quase que propositadamente, uma vez que nunca lá esteve instalado.

Estas situações têm gerado um certo mal-estar entre a população, que começa a ficar apreensiva quanto aos propósitos da Unita, sobretudo quando a rádio oficial tem insistido nos últimos dias nos avultados gastos que a delegação que veio da Jamba está a fazer nos hotéis onde se encontra instalada. Só em Luanda os gastos ascendem a um milhão de dólares e no Huambo a seis milhões de Novos Kwanzas, sem que ninguém saiba quem irá cobrir as despesas.

Entretanto, chegou hoje de madrugada a Luanda o líder do Partido Angolano Independente (PAI), Adriano Parreira, de 39 anos, que se encontrava em Portugal e que vem tratar de legalizar a sua força política, uma das muitas que actualmente se tentam impor no complicado panorama de um país em fase de pacificação. ■

Vitor Silva, em Luanda

## Integração de militares

# Angola apresenta plano aos Doze

**Gustavo Costa  
em Luanda**

O GOVERNO angolano e a UNITA, através da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), deverão apresentar em breve à CEE um extenso relatório de necessidades para a reinserção na vida civil dos efectivos a desmobilizar pelas FAPLA e pelas FALA.

A CCPM criou para o efeito um grupo técnico que procede, neste momento, ao estudo do quadro geral da situação, que deverá ser objecto de uma apreciação preliminar pelos peritos que a CEE irá enviar ao país.

O EXPRESSO apurou que, neste momento, existem pelo menos quatro países (Portugal, Estados Unidos, Brasil e Zimbábue) que concorrem à apresentação do projecto mais viável para a reintegração social dos desmobilizados. O Governo prepara-se para desenvolver iniciativas próprias, contratando 700 desmobilizados das FAPLA e das FALA na reconstrução e posterior manutenção dos caminhos-de-ferro de Luanda e, simultaneamente, absorvendo cerca

de uma centena de famílias que serão integradas num projecto de reabilitação agrícola de várias parcelas de terra, que lhes serão cedidas por todo o território nacional.

O processo de formação do Exército angolano poderá, entretanto, vir a conhecer neste fim-de-semana uma nova fase, com o início do acantonamento das tropas do exército governamental e das FALA. O clima de cordialidade reinante nas hostes militares de ambos os lados permitiu aprofundar, com relativo sucesso, o trabalho de inspecção das infra-estruturas onde serão aquartelados os dois exércitos.

A discussão da calendarização do processo eleitoral poderá vir a ser pacífica, havendo, segundo uma fonte da CCPM, grande convergência de posições entre as propostas do Governo e da UNITA, que divergem apenas quanto ao período da sua implantação.

### **Dívida militar é pomo de discórdia**

Esta situação de aparente bom entendimento não é, po-

rém, partilhado com o mesmo entusiasmo por círculos oficiais, mais reticentes face ao alegado clima de crescente intimidação atribuído à UNITA em diferentes regiões do país.

Depois de supostos espancamentos de pessoas na Huila e da captura e abate indiscriminado de gado pertencente aos camponeses da zona de Benguela, o cenário agravou-se esta semana com a interdição, por parte de militares da UNITA, da deslocação do governador da província de Malange a algumas localidades do interior. «Seria uma ilusão pensar que este processo poderá rolar sem espinho pelo meio», advertiu uma fonte militar governamental, aludindo às crescentes dificuldades que as autoridades oficiais enfrentam para exercerem funções de administração em todo o território.

Entretanto, o Governo reagiu esta semana violentamente às declarações do representante da UNITA na CCPM, que recusa qualquer responsabilidade de Angola no pagamento da sua dívida militar a Cuba e à União Soviética, calculada em

cerca de 4,5 milhões de dólares. O vice-ministro angolano das Relações Exteriores, Pinok Eduardo, acusou a UNITA de estar a resvalar «para um exercício eleitoralista, procurando desviar a atenção da opinião pública sobre o seu comprometimento com a África do Sul e os Estados Unidos», que, segundo uma fonte diplomática angolana, teriam começado a pressioná-la, ao apresentarem agora a factura pelo apoio prestado durante a guerra.

Também o conselheiro da embaixada soviética em Luanda se insurgiu contra a pretensão de Salupeto Pena de exigir a indemnização à URSS e a Cuba pelos «prejuízos causados» no conflito angolano, declarando ter os acordos entre estes países e Angola decorrido de «actos soberanos de governos internacionalmente reconhecidos».

EXPRESSO, SÁBADO 10 DE AGOSTO DE 1991

# Angola libertou presos de guerra

ANGOLA libertou ontem 124 presos de guerra: 80 em Viana, perto de Luanda, e 44 na Jamba, quartel-general da UNITA, havendo entre estes últimos 12 oficiais das Forças Armadas.

Os dirigentes da UNITA que assistiram à libertação declararam que o processo vai continuar e que não conhecerá mais entraves até à total libertação de todos os presos, conforme previsto nos acordos de paz que foram assinados em Portugal.

No entanto, não foi possível à delegação governamental contactar outros presos, ao contrário do que ficara combinado na sub-comissão política da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) que preside à aplicação dos acordos de paz.

Em Luanda, à chegada, o avião que vinha da Jamba foi

para o fundo da pista e o antigos presos seguiram de autocarro para um designado "Centro de Recolha", enquanto o vice-ministro do Interior, Fernando Piedade, "Nandó", se afirmava agora mais satisfeito com o evoluir dos acontecimentos.

Entretanto, porém, era conhecida a notícia de que, em acidente na província do Zaire, caíra um helicóptero com oito pessoas, incluindo o bispo de Mbanza Congo, D. Afonso Nteka, que morreu.

Por outro lado, as Forças Armadas angolanas estão a ser remodeladas, indo o coronel Alberto Neto, até agora comandante da Força Aérea, para Chefe do Estado-Maior General, em substituição de António dos Santos França, "N'dalu".

Para o lugar de Alberto Neto na Força Aérea vai o

general Leal Monteiro, "N'gongo", que teve participação muito activa nas grandes ofensivas dos anos 80 contra a UNITA, sendo depois disso director do MPLA para os órgãos de Defesa e Segurança e comandante da frente norte.

## Comandante da Marinha

Gaspar Rufino, jovem oficial da Marinha, será confirmado como comandante deste ramo, função que desempenha interinamente desde que o contra-almirante Condesa de Carvalho foi preso por acusação de homicídio.

Novidade na remodelação será a indicação do coronel João de Matos como comandante do Exército, cargo que nunca existiu nas Forças Ar-

madas angolanas. É um dos oficiais que se distinguiram nos últimos anos da guerra, sobretudo na batalha de Mavinga, que dirigiu com êxito, segundo a parte governamental, ou sem êxito, na opinião da UNITA.

O novo comandante do Exército é considerado "um duro" e parece estar a ter um papel importante nas discussões ao nível das várias comissões militares criadas pelos acordos de paz.

Todos os oficiais que vão para altos cargos serão promovidos às patentes imediatamente superiores, aumentando assim o número de generais do lado do Governo, que actualmente são 10, incluindo "Iko" Carreira, antigo ministro da Defesa que em Madrid está a recuperar de uma trombose que o afastou da cena política.

Na próxima semana, tropas do MPLA e da UNITA iniciam o acantonamento em 51 postos definidos pelos acordos, dias depois de ter regressado ao país o Presidente José Eduardo dos Santos, que esteve algumas semanas de férias na França.

## Campanha eleitoral

José Eduardo dos Santos é um dos candidatos às eleições presidenciais do próximo ano, tal como aliás Manuel dos Santos Lima, responsável pelo Movimento de Unidade Democrática Angolana para a Reconstrução (MUDAR), que durante o fim de semana chegou a Luanda — vindo do exílio — para se encontrar com todas as demais forças políticas.

"Os angolanos têm de aprender a falar uns com os outros" — disse ao PÚBLICO aquele candidato, que tenciona ser recebido pelo actual Presidente da República e deslocar-se à sua terra natal, o Bié.

No entanto, Manuel dos Santos Lima acrescentou que o núcleo do MUDAR em Luanda continua a ter muito medo de se manifestar em público, "porque ainda há repressão" e "o jogo está viciado à partida".

Outras pessoas que já manifestaram a intenção de se candidatar à Presidência incluem os líderes da UNITA, Jonas Savimbi, da FNLA, Holden Roberto, e da Associação Cívica Angolana, Joaquim Pinto de Andrade. ■

Vitor Silva,  
em Luanda

# DISSIDENTES DA UNITA ACUSAM SAVIMBI DE FUZILAMENTOS E QUEIMAS

Na sua grande maioria são jovens dissidentes da UNITA. Constituíram um partido — Forum Democrático Angolano, FDA. Os seus membros preferem dizer que são "angolanos interessados na mudança real do país".

Em Luanda conversámos com Manuel Adão Domingos, secretário-geral. É um jovem cheio de vida. Arguto e inteligente, falando com o b-vontade da instrução e vivência europeias. Torne-se polémico ao acusar directamente a UNITA e o MPLA de se livrarem dos "indesejáveis". Garante que o Forum vai candidatar-se às próximas eleições, que já está a mobilizar adeptos nas Províncias angolanas.

É a entrevista que a seguir apresentamos.

\*\*\*

CM — Crê que o MPLA está, de facto, a criar abertura política?

MAD — Claro que sim. Já existe. Os senhores estão em Luanda, podem verificar que é verdadeiro o que acabo de afirmar. Aliás, se não houvesse real abertura política, eu não estaria aqui com toda a confiança conversando convosco. Pênsaria duas vezes, pois corria o risco de ser preso logo a seguir. Não há dúvida de que o governo está a cumprir com o estipulado nos acordos do Estoril. Agora, cabe chamados partidos emergentes, ou pequenos partidos, galvanizar a população. Cativá-la para as suas propostas.

CM — O que está o FDA a fazer nesse sentido?

MAD — Não estamos de braços cruzados. Estamos a trabalhar. Temos equipas distribuídas em todas as Províncias angolanas, além de delegados nas principais cidades europeias, incluindo Lisboa.

CM — Aqui em Luanda, fala-se muito na possibilidade dos partidos emergentes constituírem uma aliança, uma frente. O PDLA está nessa disposição?

MAD — É prematuro falar a esse respeito. Já estão formados, como se sabe, vários partidos políticos angolanos. A verdade é que existem somente em sigla. Em termos concretos ninguém sabe qual o programa que cada um deles propõe. Não estou a dizer que o FDA não venha futuramente a fazer uma aliança. Mas para isso, e porque alianças exigem coincidência política e de pontos de vista, teremos primeiro de saber aquilo que os possíveis aliados pensam fazer.

CM — Sempre é verdade que são dissidentes da UNITA?

MAD — Acima de tudo somos angolanos. Lutamos pela democracia. Movem-nos o interesse e a vontade de vermos Angola mudar realmente.

CM — Quem vos apoia? Há quem diga que é o próprio MPLA...

MAD — Isso é um disparate. As mesmas críticas que dirigimos à UNITA, dirigimo-las também ao MPLA. Ao longo dos anos temos vindo a avisá-los dos graves erros que cometiam. Quem nos apoia são os angolanos. O povo deste país está farto de quem fez a guerra. Está farto de ver soldados armados.

CM — Desculpe insistir. No passado, foram ou não militantes da UNITA? Reforço a pergunta, porque li há meses uma carta do vosso presidente a Chester Crocker, na qual ele se apresentava como dissidente da UNITA...

MAD — É verdade que o Forum tem na sua liderança muitos membros que pertenceram à UNITA. O nosso presidente Jorge Chicoti, Alípio Parreira, Assis Malaquias, Dinho Chingunji, Armelindo Canjunga e André Yamba-Yamba. E outros mais. São jovens que militaram e



Jonas Savimbi é alvo de graves acusações

foram estudantes da UNITA.

CM — Estão em Angola?

MAD — Por enquanto não. Alípio Parreira está em Portugal, Assis Malaquias no Canadá, Dinho Chingunji em Londres, Armelindo Canjunga e André Yamba-Yamba estão na Suécia.

CM — Quais as razões que motivaram o vosso afastamento?

MAD — A certa altura sentimos que os ideais que estávamos a defender haviam sido violados e alastamo-nos. Sobre tudo, pelos abusos contra os direitos humanos. De uma forma sistemática.

CM — Que fizeram, perante essa verificação?

MAD — Optámos por uma alternativa realmente democrática. Primeiro, criamos um movimento para a defesa dos direitos humanos. Depois surgiu o Forum. Quando o constituímos, elaborámos uma longa lista de propostas para a solução do caso angolano que enviamos à UNITA e MPLA.

CM — Propostas de que género?

MAD — Defendíamos para Angola a solução política e não a armada. O tempo provou que estávamos certos. Nem a UNITA derrotou militarmente o MPLA nem o MPLA acabou militarmente com a UNITA. A guerra só serviu para sacrificar o povo, destruir o país. Devo acrescentar que nessas propostas sempre condenámos o monopartidarismo.

CM — Voltando às ligações. Dado que, de certa forma, a vossa raiz política é muito semelhante à do PRD, que aglutina os sobreviventes da revolta dos fracionistas que se opôs ao MPLA, admitem juntar-se a eles?

MAD — É prematuro falar. Mas sinceramente, com o PRD não estou a ver futuro.

CM — O que pensa da FNLA de Holden Roberto?

MAD — Penso que tem todo o direito e deverá participar nas eleições. A Frente terá sempre lugar em Angola, pelo seu passado de luta anti-colonial. Afastia-se

do processo de democratização angolano seria uma injustiça, tanto mais porque tem bastante representatividade no Norte de Angola.

CM — Ainda voltando ao facto de serem dissidentes. O ano passado, em Lisboa, apareceram vários cartazes pedindo à UNITA a libertação de Tito Chingunji e Fernando Wilson, supostamente presos na Jamba. O que sabem deles?

Manuel Adão Domingos, quando, em Luanda, falava ao "CM"



MAD — Estão vivos. Temos a certeza. Houve gente da Cruz Vermelha que esteve com eles recentemente. Com eles e com outras pessoas que fugiram da Jamba, das quais ninguém sabia o paradeiro, como os irmãos de Jorge Sangumba.

CM — Por falar no dr. Jorge Sangumba que bem conhecemos no passado. Ele faz parte de longa lista de nomes de pessoas, cujas mortes o vosso partido atribui responsabilidade à UNITA. Pessoas que — como acusam — foram queimadas e fuziladas. Tomam plena responsabilidade desta grave acusação?

MAD — Toda a responsabilidade. Temos do nosso lado a verdade. Um dia, como se diz em Portugal, a verdade virá ao de cima como o azeite. Não se esqueça que muitos de nós afastámos da UNITA por violações contra os direitos humanos. Sabemos como as coisas se passaram.

CM — O MPLA também se livrou de alguns dos seus indesejáveis...

MAD — Claro que sim. Ordenou que passassem a cadáver muitos dos que se opuseram à sua política. Lembremo-nos das mortes e das perseguições posteriores à tentativa de golpe de estado dos fracionistas de Nito Alves. Porém,

devo acrescentar algo que é muito importante nesta fase de democratização e pacificação do país. O MPLA de hoje não é o mesmo MPLA do passado. Houve mudanças significativas e louváveis. Os dirigentes do MPLA reconheceram os erros e estão a esforçar-se por mudar.

CM — E a UNITA?

MAD — A UNITA será sempre igual. Gira à volta do culto da personalidade de Savimbi. Quem se atreveu a ser do contra pelo menos nos tempos antes da paz, perdeu a vida ou teve de fugir. A UNITA pratica a política do medo, quem é contra Savimbi está acabado.

\*\*\*

Posteriormente a esta entrevista, quando já nos encontrávamos em Portugal, o FDA publicou na imprensa angolana a lista de nomes dos alegados crimes de Savimbi. Deia constam, entre muitos, o dr. Jorge Sangumba e engenheiros Vakulukuta e Mateus Catalão. Embora a tenhamos em nosso poder não a divulgamos. Mas adiantamos que incluí, não apenas os nomes dos alegados executados, como também os nomes dos possíveis executores. Ano a modo como as penas foram consumadas. Deixamos o assunto para os angolanos resolverem. Roupa suja lava-se em casa.

Texto: Lumena Martins  
Foto: Jorge Paula